

## **Levantamento do perfil produtivo dos municípios inseridos no Programa Territórios da Cidadania (Convênio Idesp-Sebrae)**

Realizado com recursos alocados pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-PA), esse levantamento foi realizado em 2008 em 49 municípios paraenses inseridos no Programa Territórios da Cidadania, do Governo Federal. Ele resultou na elaboração de diagnósticos sobre as potencialidades – tais como empreendimentos que necessitem de apoio à organização da produção, estímulo à formação de cooperativas e associações, capacitação e construção de plataformas tecnológicas – e os principais entraves relacionados à geração de negócios por micro e pequenas empresas nos locais pesquisados.

### **PIB Pará**

O Idesp incorporou da Sepof a missão de calcular o Produto Interno Bruto paraense. Para que os resultados do PIB de cada estado e município brasileiro sejam comparáveis, a metodologia desenvolvida pelo IBGE é uniformemente seguida pelos órgãos de estatística ou de pesquisa e secretarias de governo das unidades federativas.

São 17 atividades que compõem o PIB - Agricultura; Pecuária; Extrativa Mineral; Transformação; Construção; Serviços Industriais de Utilidade Pública; Comércio, Alojamento e Alimentação; Transportes; Informação; Financeiro; Serviços Prestados às Famílias e às Empresas; Aluguel, Administração Pública; Saúde e Educação; e os Serviços Domésticos. – O cálculo é baseado nas pesquisas estruturais do IBGE, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica, na Pesquisa de Orçamentos Familiares e o Censo Agropecuário.

Como os prazos de divulgação dessas pesquisas são diferentes, podendo chegar a 18 meses, o cálculo do PIB apresenta dois anos de defasagem em relação ao ano de referência.

Em 2009, além do cálculo do Valor Adicionado (VA) das Atividades Econômicas para o estado e os municípios no ano de 2007, também foi realizada a retropolação das séries do PIB estadual referente ao período 1995-2001 e do PIB municipal de 1999-2001, em acordo com a nova metodologia de cálculo das contas nacionais, adotada a partir de 2002.

### **Diagnóstico habitacional**

Estudo de base para o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (Pehis), cujo objetivo é assegurar políticas eficazes no enfrentamento dos problemas habitacionais. Foi elaborado pela parceria entre o Idesp e as Secretarias de Estado de Governo (Segov) e de Desenvolvimento Urbano (Sedurb) e a Companhia de Habitação do Estado do Pará (Cohab).

Resultou de diversas oficinas e viagens de campo realizadas em março e abril às cidades pólo das 12 regiões de integração paraenses.



## **Levantamento da cadeia produtiva da construção civil**

Análise realizada pelo Idesp cuja conclusão aponta que, para facilitar a construção ou adequação de moradias dignas para famílias com renda de até três salários mínimos, é preciso diminuir os custos da produção e aumentar a oferta de materiais. Abrangeu as 12 regiões de integração paraense e tem fundamental importância para a implantação do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social, que deve fomentar a redução do déficit habitacional paraense a partir de parcerias entre os diferentes setores da sociedade.

Entre outros resultados, a pesquisa apontou algumas políticas necessárias ao fortalecimento de toda a cadeia da construção civil, que passa pela disponibilidade de terreno, produção de materiais (iniciada pela extração da matéria-prima como areia, brita, calcário, madeira, argila, minerais e beneficiamento destas por estabelecimentos como serrarias, olarias), comercialização e transporte dos produtos até a etapa da construção de edificações.

## **Diagnóstico de Segurança Alimentar e Nutricional**

A primeira fase desse projeto foi implantada em 2009, com a elaboração de um relatório sobre a produção e oferta de alimentos no estado, com dados secundários da produção, área e preços dos produtos alimentícios e das atividades produtivas no período de 1998 a 2007. A segunda etapa do trabalho será dedicada à avaliação da acessibilidade da população aos alimentos.

## **Dinâmica Urbana no Pará**

Entre junho e dezembro, o Idesp conduziu localmente uma pesquisa destinada a caracterizar os processos de urbanização que se deram no estado entre os anos 2000 e 2008. Focado nas transformações do perfil demográfico e produtivo das cidades, assim como na sua distribuição espacial, o projeto foi desenvolvido por meio da Rede Ipea-Anipes e intitulou-se “Dinâmica urbana dos estados – Rede Urbana do Brasil e da América Latina”.

Os resultados do trabalho devem apoiar a definição de políticas urbanas em diferentes escalas.

## **Assentamentos precários**

Também desenvolvida pela Rede Ipea-Anipes, a pesquisa “Caracterização e Tipologia dos Assentamentos Precários Brasileiros” foi iniciada em outubro de 2009 e deve ser concluída até abril de 2010.

O principal objetivo desse projeto é caracterizar e comparar os assentamentos precários nas regiões metropolitanas e municípios selecionados do país a partir de seus aspectos socioeconômicos.

As atividades foram divididas em duas etapas. A primeira consistiu na

elaboração de um diagnóstico preliminar dos assentamentos precários nas regiões metropolitanas brasileiras e a outra se dará no formato de pesquisa amostral.

## **Avaliação da qualidade ambiental dos municípios paraenses**

Com o objetivo de orientar ações e políticas públicas, o Idesp desenvolve uma pesquisa para a avaliação da qualidade ambiental dos municípios paraenses.

Para viabilizar a análise da condição ambiental de cada município, foram selecionados 21 indicadores ligados às áreas socioeconômica, de saneamento, biodiversidade, saúde pública e capacidade institucional.

Após a definição desses critérios, foram analisados dados primários, produzidos por instituições como o IBGE e Inpe, além da compilação de informações repassadas por órgãos municipais.

Os primeiros resultados estão listados por municípios e por região de integração e comparados com os índices nacionais em uma publicação a ser editada para a divulgação à sociedade.

O próximo passo será a elaboração de índices, com os quais será possível classificar os municípios considerando também fatores como o histórico de ocupação e as diferenças culturais existentes no território paraense.

## **Perfil da gestão ambiental nos municípios paraenses**

A criação do Sistema Nacional de Meio Ambiente permitiu a descentralização da gestão ambiental no país, dando aos entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) a autonomia para implantar as políticas previstas pelo Código Ambiental Brasileiro.

Sob o preceito de que os municípios são os mais próximos da realidade vivenciada pela sociedade, este projeto surgiu da necessidade de levantar a situação dos sistemas de gestão nos municípios paraenses, envolvendo aspectos referentes à estrutura administrativa, de gestão, características socioeconômicas e problemas ambientais existentes em âmbito local.

Entre outros resultados, ele ajudará a identificar a capacidade de governança ambiental local e os principais problemas, como a desarticulação entre as organizações encarregadas da execução das políticas ambientais brasileiras ou de esferas distintas, por exemplo.

A ideia é gerar uma base de informações que ajude o Estado na formulação de políticas voltadas ao fortalecimento dos sistemas municipais de gestão ambiental.



## Diagnóstico ambiental das empresas do estado do Pará

Com o objetivo de mapear os programas implantados pelo setor empresarial no Pará, o Idesp elaborou o projeto “Diagnóstico ambiental das empresas do estado do Pará” que deve, entre outros objetivos, ajudar a aumentar a disponibilidade de informações sobre este tema na região, já que o acervo existente ainda é considerado limitado.

Além disso, o estudo buscará identificar os avanços na área e as possibilidades de mitigação dos impactos ambientais gerados pelo setor empresarial. Os resultados apontarão possibilidades de melhoria dos programas existentes e subsidiarão o Estado em medidas de regulação e concessão de incentivos voltados à implantação de boas práticas ambientais pelas empresas instaladas no Pará.

## Estudo das cadeias de comercialização de produtos florestais não-madeireiros

O comércio de frutos, sementes, óleos, fibras, mel, resinas e plantas medicinais é uma atividade com significativa importância econômica para os municípios paraenses, representando também uma alternativa ao avanço predatório sobre as áreas de floresta.

Com o objetivo de avaliar os impactos e a importância dessa atividade para a economia e a população, o Idesp conduz um estudo sobre as cadeias de comercialização desses produtos, também conhecidos como florestais não A ideia é entender quem são os diferentes agentes mercantis (produtores, intermediários, empresas de beneficiamento e comerciantes) que atuam nessas cadeias, as relações estabelecidas entre eles e como os produtos circulam entre diferentes municípios do estado.

Realizados por pesquisadores em feiras, bairros comerciais, associações e sindicatos de produtores, os trabalhos de campo também ajudam a apontar fatores relacionados ao beneficiamento, transporte, transações comerciais e destino final dos produtos.

Entre outros resultados, a sociedade acessará informações muitas vezes

subdimensionadas por métodos que restringem a coleta de dados às atividades de produção, o que facilitará a gestão de políticas públicas destinadas ao fortalecimento das cadeias e dos setores extrativistas, a diminuição das desigualdades entre as relações comerciais estabelecidas, assim como a melhoria dos processos produtivos pelas populações e empresas da região.



## Licenciamento ambiental para fins urbanos

Instituída pela Lei Nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, a Política Nacional de Meio Ambiente concede aos órgãos ambientais municipais a competência para o licenciamento ambiental.

No entanto, o cumprimento de tais atribuições é limitado não só pela precariedade da capacidade institucional, com destaque para a carência de infraestrutura e recursos humanos, mas também pelas limitações da legislação existente, que não prevê as especificidades dos ecossistemas nem dos empreendimentos a serem licenciados.

Esta homogeneização das leis é evidente nos processos de licenciamento ambiental de parcelamentos do solo urbano, incluindo a regularização dos existentes, que impõe regras genéricas para a elaboração de Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental.

Neste sentido, por meio do projeto “Licenciamento ambiental para fins urbanos”, a Rede Ipea-Anipes pretende analisar este processo, com o intuito de propor revisão nos procedimentos e critérios utilizados, o que deve efetivar o sistema de licenciamento como instrumento efetivo de gestão ambiental urbana.

O estudo encontra-se em fase inicial, na qual são levantadas informações e documentos nos municípios de Belém, Ananindeua e Barcarena, para que sejam identificados e descritos os seus mecanismos legais, operacionais e de parcelamento do solo, bem como os avanços e os entraves relacionados a este processo.

Além disso, como resultado, será possível analisar a eficiência do licenciamento ambiental na prevenção e mitigação dos impactos ambientais de parcelamento dos solos e a contribuição dos instrumentos existentes para o ordenamento territorial e desenvolvimento urbano.

## Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu

Representantes do Idesp integram o grupo de trabalho responsável pela elaboração desse Plano.

Sob a coordenação da Seir, as ações do grupo incluem a participação em audiências públicas realizadas em municípios da região do Xingu, assim como o acompanhamento da apresentação do plano à sociedade local e a discussões sobre ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental no estado do Pará.

O PDRS do Xingu sucede o Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região a Jusante da UHE Tucuruí, criado após a mobilização de movimentos sociais, entidades de pesquisa da região e das prefeituras de nove municípios atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica Tucuruí. Ele representa uma importante ferramenta de planejamento para a descentralização das políticas públicas, coordenando ações a serem realizadas pelas diferentes esferas de governo no estado do Pará.



## **Plano de prevenção, controle e alternativas ao desmatamento no Pará**

Em atendimento à solicitação da Sema, o Idesp analisou a primeira versão do documento e apresentou um parecer técnico com sugestões de aperfeiçoamento do material.

O plano indica um conjunto de ações a serem desenvolvidas pelo governo no próximo triênio como forma de reverter os índices de desflorestamento no estado.

### **Sistema de Informação do Estado**

Desenvolvido desde 2008 pela parceria entre o Idesp e as Secretarias de Governo (Segov) e Planejamento, Orçamento e Finanças (Sepof), o Sistema de Informação do Estado facilitará a tomada de decisões em diversos setores e o trabalho de técnicos e estudiosos que precisam de dados confiáveis, além de permitir o acompanhamento dos indicadores demográficos, sociais, econômicos, ambientais e administrativos do Pará por meio da rede mundial de computadores – a internet.

Também permitirá aos usuários visualizar e integrar, de forma pré-definida ou personalizada, dados estatísticos, gráficos, cartogramas, mapas temáticos e dados matriciais, além de estudos e pesquisas sobre o assunto pesquisado.

### **Atlas Social e Econômico do Pará**

Em 2009, foi finalizada a versão digital do Atlas Socioeconômico, criada com o objetivo de reunir informações para o subsídio à gestão do território e apoio à elaboração de estudos e pesquisas sobre o estado.

Listados por região de integração e em relação ao limite estadual, o atlas reúne mapas, tabelas e gráficos relacionados a indicadores das áreas de Demografia, Socioeconomia, Infraestrutura e Governamental.

### **Mapa da Exclusão Social**

Seção integrada à prestação de contas anual do poder executivo, o Mapa de Exclusão Social é um diagnóstico feito a cada ano e aponta, de forma regionalizada, os avanços e desafios referentes à melhoria de condições de vida da população paraense.

Ele tem como referência o ano da prestação de contas governamental e o anterior, para fins de comparação entre os indicadores de expectativa de vida ao nascer, renda, desemprego, educação, saúde, saneamento básico, habitação e segurança.

Atividade desenvolvida anteriormente pela Sepof, a elaboração do diagnóstico é feita em obediência à Lei n° 6.836/2006.



## Localização dos Objetivos do Milênio

Vinculado à Rede Ipea-Anipes, esse projeto resultará na implantação de um observatório fomado por instituições de pesquisa estaduais para o acompanhamento dos objetivos estabelecidos pela Declaração do Milênio, aprovado pelas Nações Unidas no ano 2000. São oito objetivos e 18 metas a serem atingidas pelos países, incluindo o Brasil, até o ano de 2015, sendo que cada meta possui indicadores de acompanhamento que facilitam análises dos avanços e entraves ao alcance dos objetivos.

Como referência para calcular os 26 indicadores selecionados para monitorar o Pará no período de referência que vai da década de 1990 até o ano de 2007, o Idesp usa como base relatórios produzidos em âmbito nacional e pelos estados de São Paulo e Ceará.

## Projeto Orla

Sob a coordenação dos Ministérios do Meio Ambiente e do Planejamento,

Orçamento e Gestão, o Projeto de Gestão Integrada da Orla Flúvio-Marítima, ou Projeto Orla, busca ordenar os espaços litorâneos sob domínio da União e dar respostas a problemas relacionados à fragilidade dos ecossistemas da orla, crescimento do uso e ocupação de forma desordenada e irregular e aumento dos processos erosivos e de fontes contaminantes.

O Idesp compõe o Grupo de Trabalho de Cartografia, atrelado à comissão estadual responsável pela elaboração de um manual específico para a realidade amazônica.

## Pará em Números

Entre as atividades antes atribuídas à Sepof e reincorporadas pelo Idesp, está a atualização do perfil estatístico do estado, que apresenta mapas,

tabelas e gráficos das áreas demográfica, social, econômica e administrativa.

Este produto é atualizado constantemente, de acordo com a divulgação dos dados pelos órgãos competentes.

## Perfis municipais

Também resgatada pelo Idesp junto à Sepof, essa atividade consiste na atualização das informações oficiais sobre os 143 municípios paraenses, que incluem aspectos históricos, físicos, culturais, econômicos, sociais e governamentais

## **Revista de Estudos Paraenses**

Revista temática que, a cada edição, traz artigos científicos sob diferentes perspectivas.

Condiz com a proposta do Instituto de propor soluções para o desenvolvimento regional, por meio de questões sociais, econômicas e ambientais.

No ano de 2009, o Idesp publicou a Reedição de Criação do Idesp e dois volumes sobre a “Divisão Geopolítica e as Políticas de Integração Regional na Dinâmica Populacional do Estado do Pará”.

## **Revista Pará Desenvolvimento**

Em 2009, esse boletim seriado, cujo objetivo é divulgar dados, análises e artigos de pesquisadores sobre determinado tema, teve impressas as seguintes edições: “Gestão territorial e planejamento público: o caso do ZEE do Estado do Pará” e “Bases técnicas e referenciais para o programa de restauração florestal do Pará: um bilhão de árvores para a Amazônia”.

## **Série Evolutiva por sexo e faixa etária da população dos municípios paraenses**

Publicado em CD ROM, esse trabalho foi realizado pela parceria entre o Idesp e a UFPA. Apresenta uma série histórica de pirâmides populacionais, considerando os Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1950 a 2000 (Estado do Pará) e 1960 a 2000 (municípios paraenses).

As pirâmides de sexo e idade são usadas para tirar conclusões rápidas e monitorar a estrutura de sexo e idade da população. Podem ser utilizadas para subsidiar análises de processos populacionais e representam importantes instrumentos para os estudos da qualidade de vida, a partir de indicadores como longevidade, taxa de natalidade, mortalidade, entre outros.

As pirâmides de sexo e idade permitem agilidade nas análises populacionais e a realização de uma tomada histórica da dinâmica populacional, facilitando o planejamento e a tomada de decisões nas esferas de governo e empresarial.

## **Avaliação da qualidade ambiental dos municípios paraenses**

Com o objetivo de orientar ações e políticas públicas, o Idesp desenvolve uma pesquisa para a avaliação da qualidade ambiental dos municípios paraenses.

Para viabilizar a análise da condição ambiental de cada município, foram selecionados 21 indicadores ligados às áreas socioeconômica, de saneamento, biodiversidade, saúde pública e capacidade institucional.



Após a definição desses critérios, foram analisados dados primários, produzidos por instituições como o IBGE e Inpe, além da compilação de informações repassadas por órgãos municipais.

Os primeiros resultados estão listados por municípios e por região de integração e comparados com os índices nacionais em uma publicação a ser editada para a divulgação à sociedade.

O próximo passo será a elaboração de índices, com os quais será possível classificar os municípios considerando também fatores como o histórico de ocupação e as diferenças culturais existentes no território paraense.

## **Perfil da gestão ambiental nos municípios paraenses**

A criação do Sistema Nacional de Meio Ambiente permitiu a descentralização da gestão ambiental no país, dando aos entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) a autonomia para implantar as políticas previstas pelo Código Ambiental Brasileiro.

Sob o preceito de que os municípios são os mais próximos da realidade vivenciada pela sociedade, este projeto surgiu da necessidade de levantar a situação dos sistemas de gestão nos municípios paraenses, envolvendo aspectos referentes à estrutura administrativa, de gestão, características socioeconômicas e problemas ambientais existentes em âmbito local.

Entre outros resultados, ele ajudará a identificar a capacidade de governança ambiental local e os principais problemas, como a desarticulação entre as organizações encarregadas da execução das políticas ambientais brasileiras ou de esferas distintas, por exemplo.

A ideia é gerar uma base de informações que ajude o Estado na formulação de políticas voltadas ao fortalecimento dos sistemas municipais de gestão ambiental.

## **Diagnóstico ambiental das empresas do estado do Pará**

Com o objetivo de mapear os programas implantados pelo setor empresarial no Pará, o Idesp elaborou o projeto “Diagnóstico ambiental das empresas do estado do Pará” que deve, entre outros objetivos, ajudar a aumentar a disponibilidade de informações sobre este tema na região, já que o acervo existente ainda é considerado limitado.

Além disso, o estudo buscará identificar os avanços na área e as possibilidades de mitigação dos impactos ambientais gerados pelo setor empresarial. Os resultados apontarão possibilidades de melhoria dos programas existentes e subsidiarão o Estado em medidas de regulação e concessão de incentivos voltados à implantação de boas práticas ambientais pelas empresas instaladas no Pará.



## **Estudo das cadeias de comercialização de produtos florestais não-madeireiros**

O comércio de frutos, sementes, óleos, fibras, mel, resinas e plantas medicinais é uma atividade com significativa importância econômica para os municípios paraenses, representando também uma alternativa ao avanço predatório sobre as áreas de floresta.

Com o objetivo de avaliar os impactos e a importância dessa atividade para a economia e a população, o Idesp conduz um estudo sobre as cadeias de comercialização desses produtos, também conhecidos como florestais não madeireiros. A ideia é entender quem são os diferentes agentes mercantis (produtores, intermediários, empresas de beneficiamento e comerciantes) que atuam nessas cadeias, as relações estabelecidas entre eles e como os produtos circulam entre diferentes municípios do estado.

Realizados por pesquisadores em feiras, bairros comerciais, associações e sindicatos de produtores, os trabalhos de campo também ajudam a apontar fatores relacionados ao beneficiamento, transporte, transações comerciais e destino final dos produtos.

Entre outros resultados, a sociedade acessará informações muitas vezes

subdimensionadas por métodos que restringem a coleta de dados às atividades de produção, o que facilitará a gestão de políticas públicas destinadas ao fortalecimento das cadeias e dos setores extrativistas, a diminuição das desigualdades entre as relações comerciais estabelecidas, assim como a melhoria dos processos produtivos pelas populações e empresas da região.

## **Licenciamento ambiental para fins urbanos**

Instituída pela Lei Nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, a Política Nacional de Meio Ambiente concede aos órgãos ambientais municipais a competência para o licenciamento ambiental.

No entanto, o cumprimento de tais atribuições é limitado não só pela precariedade da capacidade institucional, com destaque para a carência de infraestrutura e recursos humanos, mas também pelas limitações da legislação existente, que não prevê as especificidades dos ecossistemas nem dos empreendimentos a serem licenciados.

Esta homogeneização das leis é evidente nos processos de licenciamento ambiental de parcelamentos do solo urbano, incluindo a regularização dos existentes, que impõe regras genéricas para a elaboração de Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental.

Neste sentido, por meio do projeto “Licenciamento ambiental para fins urbanos”, a Rede Ipea-Anipes pretende analisar este processo, com o intuito de propor revisão nos procedimentos e critérios utilizados, o que deve efetivar o sistema de licenciamento como instrumento efetivo de gestão ambiental urbana.



O estudo encontra-se em fase inicial, na qual são levantadas informações e documentos nos municípios de Belém, Ananindeua e Barcarena, para que sejam identificados e descritos os seus mecanismos legais, operacionais e de parcelamento do solo, bem como os avanços e os entraves relacionados a este processo.

Além disso, como resultado, será possível analisar a eficiência do licenciamento ambiental na prevenção e mitigação dos impactos ambientais de parcelamento dos solos e a contribuição dos instrumentos existentes para o ordenamento territorial e desenvolvimento urbano.

## **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu**

Representantes do Idesp integram o grupo de trabalho responsável pela elaboração desse Plano.

Sob a coordenação da Seir, as ações do grupo incluem a participação em audiências públicas realizadas em municípios da região do Xingu, assim como o acompanhamento da apresentação do plano à sociedade local e a discussões sobre ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental no estado do Pará.

O PDRS do Xingu sucede o Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região a Jusante da UHE Tucuruí, criado após a mobilização de movimentos sociais, entidades de pesquisa da região e das prefeituras de nove municípios atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica Tucuruí. Ele representa uma importante ferramenta de planejamento para a descentralização das políticas públicas, coordenando ações a serem realizadas pelas diferentes esferas de governo no estado do Pará.

## **Plano de prevenção, controle e alternativas ao desmatamento no Pará**

Em atendimento à solicitação da Sema, o Idesp analisou a primeira versão do documento e apresentou um parecer técnico com sugestões de aperfeiçoamento do material.

O plano indica um conjunto de ações a serem desenvolvidas pelo governo no próximo triênio como forma de reverter os índices de desflorestamento no estado.

## **Sistema de Informação do Estado**

Desenvolvido desde 2008 pela parceria entre o Idesp e as Secretarias de Governo (Segov) e Planejamento, Orçamento e Finanças (Sepof), o Sistema de Informação do Estado facilitará a tomada de decisões em diversos setores e o trabalho de técnicos e estudiosos que precisam de dados confiáveis, além de permitir o acompanhamento dos



indicadores demográficos, sociais, econômicos, ambientais e administrativos do Pará por meio da rede mundial de computadores – a internet.

Também permitirá aos usuários visualizar e integrar, de forma pré-definida ou personalizada, dados estatísticos, gráficos, cartogramas, mapas temáticos e dados matriciais, além de estudos e pesquisas sobre o assunto pesquisado.

## **Atlas Social e Econômico do Pará**

Em 2009, foi finalizada a versão digital do Atlas Socioeconômico, criada com o objetivo de reunir informações para o subsídio à gestão do território e apoio à elaboração de estudos e pesquisas sobre o estado.

Listados por região de integração e em relação ao limite estadual, o atlas reúne mapas, tabelas e gráficos relacionados a indicadores das áreas de Demografia, Socioeconomia, Infraestrutura e Governamental.

## **Mapa da Exclusão Social**

Seção integrada à prestação de contas anual do poder executivo, o Mapa de Exclusão Social é um diagnóstico feito a cada ano e aponta, de forma regionalizada, os avanços e desafios referentes à melhoria de condições de vida da população paraense.

Ele tem como referência o ano da prestação de contas governamental e o anterior, para fins de comparação entre os indicadores de expectativa de vida ao nascer, renda, desemprego, educação, saúde, saneamento básico, habitação e segurança.

Atividade desenvolvida anteriormente pela Sepof, a elaboração do diagnóstico é feita em obediência à Lei nº 6.836/2006.

## **Localização dos Objetivos do Milênio**

Vinculado à Rede Ipea-Anipes, esse projeto resultará na implantação de um observatório formado por instituições de pesquisa estaduais para o acompanhamento dos objetivos estabelecidos pela Declaração do Milênio, aprovado pelas Nações Unidas no ano 2000. São oito objetivos e 18 metas a serem atingidas pelos países, incluindo o Brasil, até o ano de 2015, sendo que cada meta possui indicadores de acompanhamento que facilitam análises dos avanços e entraves ao alcance dos objetivos.

Como referência para calcular os 26 indicadores selecionados para monitorar o Pará no período de referência que vai da década de 1990 até o ano de 2007, o Idesp usa como base relatórios produzidos em âmbito nacional e pelos estados de São Paulo e Ceará.



## **Projeto Orla**

Sob a coordenação dos Ministérios do Meio Ambiente e do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Projeto de Gestão Integrada da Orla Flúvio-Marítima, ou Projeto Orla, busca ordenar os espaços litorâneos sob domínio da União e dar respostas a problemas relacionados à fragilidade dos ecossistemas da orla, crescimento do uso e ocupação de forma desordenada e irregular e aumento dos processos erosivos e de fontes contaminantes.

O Idesp compõe o Grupo de Trabalho de Cartografia, atrelado à comissão estadual responsável pela elaboração de um manual específico para a realidade amazônica.

## **Pará em Números**

Entre as atividades antes atribuídas à Sepof e reincorporadas pelo Idesp, está a atualização do perfil estatístico do estado, que apresenta mapas, tabelas e gráficos das áreas demográfica, social, econômica e administrativa.

Este produto é atualizado constantemente, de acordo com a divulgação dos dados pelos órgãos competentes.

## **Perfis municipais**

Também resgatada pelo Idesp junto à Sepof, essa atividade consiste na atualização das informações oficiais sobre os 143 municípios paraenses, que incluem aspectos históricos, físicos, culturais, econômicos, sociais e governamentais